



EccoS Revista Científica

ISSN: 1517-1949

eccos@uninove.br

Universidade Nove de Julho

Brasil

Severino, Antonio Joaquim; Bauer, Carlos
Políticas educacionais e o cotidiano escolar
EccoS Revista Científica, núm. 29, septiembre-diciembre, 2012, pp. 11-17
Universidade Nove de Julho
São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=71524734001>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

POLÍTICAS EDUCACIONAIS E O COTIDIANO ESCOLAR

Muitos motivos e situações apontam a necessidade de pensarmos novas abordagens metodológicas para a compreensão da problemática política educacional e a superação dos seus dilemas entre nós. Um deles é o esgotamento da perspectiva exaltada, em prosa e verso, nos comícios e palanques eleitorais, que procura apontar a educação como instrumento capaz de solucionar todos os problemas reinantes na realidade brasileira.

Por um lado, tal ponto de vista se perpetua em razão da profunda desigualdade social presente no país. Por outro lado, o ideário liberal, responsável pela estruturação do Estado no Brasil, transformou em ideologia, desprovida de recursos e de vontade política, a universalização do conhecimento formal; quando não voluntariamente confundindo, ora instrução, ora massificação do ensino, com a possibilidade da vigência histórica da educação pública, gratuita, laica e de qualidade para todos.

Resultado: tanto aqueles perturbados politicamente com a exclusão social de amplos contingentes da população, quanto aqueles que primam pela defesa da igualdade de oportunidades inscrita no texto constitucional, não são ou não foram capazes de reverter o diagnóstico de iminente falência da instituição escolar, resignando-nos com a verborragia e os discursos que apregoam a educação como prioridade do fazer político, mas que jamais foram capazes de questionar o caráter segregacionista das elites, que segrega em todos os níveis políticos, econômicos e culturais.

Por conta disso, nosso posicionamento caminha no sentido de que devemos refletir sobre as políticas educacionais no Brasil em consonância com a estrutura política, econômica e social em que o país encontra-se inserido. De nada adianta – a não ser ao oportunismo eleitoral e a manutenção do *status quo* – utilizar-se das emissoras de rádio, televisão e demais mídias eletrônicas apregoando que a educação é uma prioridade, uma verdadeira panaceia capaz de curar todos os males e mazelas que afligem a população brasileira.

Também pouco adianta apenas apregoar que o problema vital da educação é a ausência de recursos que são sistematicamente subtraídos pelos governantes. A construção de um horizonte de liberdade social que

almejamos alcançar não pode pressupor a educação como um fenômeno apartado do convívio social e com capacidade plena de apontar alternativas dentro do seu próprio universo, desde que lhe sejam alocadas e transferidas as verbas necessárias a tal intento. Devemos nos esforçar para assumir um comportamento crítico e desmistificador de toda demagogia e ilusionismo que envolve o tema.

Tal passo torna-se possível desde que nossas premissas sobre os Planos Nacionais de Educação (PNE), a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), a porcentagem do Produto Interno Bruto (PIB) destinado à educação, os programas de informatização das instituições escolares, a crescente presença do capital estrangeiro no ensino superior brasileiro, enfim, quaisquer temáticas das políticas educacionais estejam acompanhadas de uma análise da estrutura material da sociedade. Muitas das dificuldades enfrentadas pela educação no Brasil são os mais nítidos reflexos da permanente repressão aos direitos individuais, coletivos e da inexistência de mecanismos perenes de proteção contra os abusos dos poderes do Estado e da monumental concentração da riqueza presente no Brasil.

Este quadro, de crônico autoritarismo e concentrador da riqueza social, desenvolve-se desde a primeira hora da colonização, atravessa o Império, passando pela constituição da República, com os sobressaltos das décadas de 1930, agrava-se com a instalação da ditadura civil-militar em 1964, não sendo capaz de garantir a plena cidadania e a horizontalização dos direitos sociais, mesmo com a redemocratização do país conquistado nas ruas e a promulgação da Constituição Federal de 1988.

No Brasil, tornou-se lugar comum dizer que a escola pública enfrenta a crise mais aguda de toda a sua história, por conta dos incessantes problemas que enfrenta, desde o mais remoto instante de sua instalação e presença no cenário social do país, aliás, como ilustra o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, lançado em 1932, caracterizando o estado de abandono da educação, defendendo sua gratuidade e laicidade para todos!

Na atualidade, o problema da crise não é apenas restrito ao Brasil. Nas áreas centrais do sistema capitalista, como na América do Norte e na Europa Ocidental há um acelerado processo de deterioração da qualidade de vida e dos serviços públicos – com destaque à educação e à saúde e previdência social – produto direto da política de redução de verbas destinadas aos setores sociais.

Mais do que isso, na Grécia, Portugal, Espanha, França e nos Estados Unidos da América (EUA), o fechamento de empresas, as demissões em massa e a desertificação social dos campos acarretam a destruição de setores industriais, de serviços e de ramos inteiros da economia (apenas nos primeiros anos do século XXI), nos países da chamada zona do Euro, milhares postos de trabalho foram suprimidos, estão previstas mais demissões e a adoção de políticas de corte de gastos públicos, ajustes fiscais e a desvalorização da moeda. Nos EUA, a poderosa General Motors efetivou a supressão de, aproximadamente, 74 mil empregos, enquanto, num setor de ponta como a informática, 50 mil empregos foram suprimidos, no mesmo período.

Na França, o governo acabou com milhares de classes nas escolas e de leitos nos hospitais, tal como milhares de postos de trabalho, no conjunto dos serviços públicos, são subtraídos, a seguridade social está ameaçada, os jovens não têm expectativa de trabalho, fazendo com que muitos participem das organizações neonazistas, persigam os imigrantes e reacendam a flama do discurso xenófobo nesse país. Segundo o historiador Eric Hobsbawm (1987), a tendência atual do desenvolvimento econômico capitalista é excluir as pessoas do processo de produção – os homens são mais caros que as máquinas e estão sendo descartados enquanto produtores.

Nos países centrais do sistema capitalista, grande parte da renda não vem do que as pessoas recebem pelo seu trabalho, mas dos chamados “pagamentos de transferência”, previdência e seguridade social, educação, saúde etc. Como os recursos nestas áreas começam a serem drástica e impiedosamente cortados, grandes dificuldades políticas e problemas sociais estão anunciados.

No Brasil, a escola que não consegue abrigar todos que a procuram, também é incapaz de garantir a permanência dos que nela ingressam: de cada 100 alunos regularmente matriculados no Ensino Fundamental, apenas 44 continuam nos bancos escolares até o Ensino Médio. Desses 44, metade abandona as salas de aula e somente 12 cumprem a proeza de chegar à universidade, conforme dados coletados recentemente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Por sua vez, segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), hoje em dia, em torno de 4,8 milhões de crianças de adolescentes entre 5 e 17 anos estão trabalhando. Desse total, 1,2

milhão estão na faixa entre 5 e 13 anos. Além do que, apesar da legislação brasileira proibir qualquer forma de trabalho exercido por crianças com idade entre 5 a 14 anos, este tipo de prática ainda é comum. Hoje, 1,4 milhão de crianças brasileiras de 5 a 14 anos trabalham. Em estados como a Bahia, o Piauí e o Maranhão o percentual de menores no trabalho chega perto dos 17%, conforme dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

São milhões de jovens e crianças que foram obrigados a trocar uma experiência de vida na escola pelo trabalho desqualificado e não dignamente remunerado, sem falar que, com isso, os números que traduzem a presença do analfabetismo no país continuam preocupantes, atingindo todos os estados, inclusive, São Paulo, o mais rico da federação.

Por conta desse e de outros fatores, em nosso país a baixa escolaridade é bem visível e deverá exigir muita atenção de nossas autoridades responsáveis pela viabilização e aplicação das políticas educacionais. A média de anos de estudo dos brasileiros com mais de 25 anos é de 7,2 anos contra 13,2 nos Estados Unidos, que lidera neste quesito. Para as crianças que estão entrando na escola agora, o Brasil tem a expectativa de que permaneçam estudando por 13,8 anos, enquanto no topo deste ranking está a Austrália, onde a expectativa é de que as crianças estudem pelos próximos 20,6 anos.

Nesse aspecto, conforme as constatações do documento “Mapa do mercado de trabalho no Brasil”, sob o ponto de vista da escolaridade, a força de trabalho se encontra ainda em uma posição muito frágil e atrasada em relação a outros países, mesmo latino-americanos. Em média o trabalhador brasileiro possui apenas cinco anos de escolaridade, atrás de Argentina, Uruguai e Chile, apenas para ficarmos na América do Sul. Esta característica, obviamente, coloca limites aos avanços da qualidade e da produtividade, especialmente se considerarmos o conteúdo atual do trabalho, que requer crescentemente, um trabalhador mais preparado e qualificado. Pesquisa recente do Banco Mundial aponta que, no Brasil, as pessoas com curso superior têm 20% mais chance de obter um emprego, em relação às pessoas que possuem apenas o curso elementar. Além disso, elas têm 38% menos propensão a ficar desempregadas e, quando ficam, conseguem emprego em período seis vezes menor.

Do ponto de vista da renda também as vantagens da escolaridade no Brasil são óbvias. A remuneração média cresce à medida que cresce a escolaridade. A diferença do salário médio entre os trabalhadores analfabetos, e aqueles que têm curso superior completo, é de 4,5 vezes entre os admitidos no mercado de carteira assinada no Brasil. Entre os desligados do emprego essa diferença é ainda maior (5,3), o que também revela que as empresas estão substituindo, no processo de rotatividade, mão de obra mais cara por mais barata. As dificuldades para inserção no mercado de trabalho, para quem tem pouca ou nenhuma escolaridade, são crescentes. As exigências de maior escolaridade vêm aumentando ano a ano, como mostra o perfil educacional dos admitidos no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho e Emprego. Em 2002, 55,5% do pessoal admitido tinha até a 8ª série completa. Esse, percentual cai para 52,91% em 2003 e, em 2004, atingiu 50,09%.

Nas faixas de menor escolaridade a queda foi ainda maior. Por outro lado, aumentaram as chances de quem tem maior escolaridade. Em 2002, 4,53% dos postos foram abertos para quem tem curso superior completo, percentual que se elevou para 5,06% em 2004. Em função da elevada taxa de desemprego, as empresas aumentam as exigências na seleção dos recursos humanos, fenômeno detectado em várias pesquisas. Muitas empresas não estão mais admitindo candidatos sem o 1º grau completo, e algumas já estão exigindo o 2º grau, ainda que para funções relativamente simples. Os níveis de desemprego possibilitam às empresas fazer exigências além daquelas realmente necessárias ao cargo.

O aumento da escolaridade dos trabalhadores é uma boa notícia e, por si só, positiva, pois indica, em termos genéricos, a melhoria da qualidade de vida na sociedade. O grande problema é que no caso do mercado de trabalho brasileiro, em regra, o fenômeno tem beneficiado predominantemente as empresas, já que o salário médio vem decrescendo em termos reais. Portanto, as empresas vêm empregando um trabalhador mais escolarizado, por um salário menor, situação bastante cômoda, já que elas aumentam produtividade e qualidade sem adição proporcional de custos.

Tanto a qualidade do produto quanto a produtividade do trabalho, potencializadas pela maior escolarização, podem e devem crescer no Brasil, mas estes avanços têm que significar ganhos efetivos para a sociedade como um todo. Estamos agora em um momento de recuperação do

emprego de carteira assinada, porém esses empregos têm sido de escassa qualidade, com baixos salários, jornadas extensas e alta rotatividade. A questão não é apenas ter um emprego, mas ter um emprego que garanta sobrevivência digna e compatível com os esforços de escolarização empreendidos pelo trabalhador.

São números e dados como esses que precisamos estar atentos quando nos dispomos a refletir sobre o papel das políticas educacionais na atualidade e nos motivaram na organização desse dossiê e a sua viabilização se tornou possível graças à colaboração dos seguintes articulistas, que atenderam nosso chamado com o envio dos seus manuscritos: “Política de integração curricular das TIC em Portugal”, de Elisabete Cruz, Fernando Costa e Sandra Fradão, “Estado e política educacional”, de Roberto Antonio Deitos e Ângela Mara de Barros Lara, “A descentralização da gestão: das políticas educacionais às práticas escolares”, de Clarice Zientarski, “A educação superior em pauta: desafios em tempo de Sinaes”, de Mônica Piccione Gomes Rios, Adolfo Ignacio Calderón e Klinger Luiz de Oliveira Sousa, “A educação infantil: reflexões a partir do tema do financiamento e conveniamento em periódicos nacionais”, de Liliane Ribeiro de Mello e Regiane Helena Bertagna, “Expansão da educação superior no Brasil e a formação dos oligopólios – hegemonia do privado mercantil”, de Mariluce Bittar e Claudia Ruas e “Educação, regulação e políticas educacionais: o contexto paulista”, de Celso do Prado Ferraz de Carvalho e Miguel Henrique Russo.

Nossa expectativa é que esse dossiê venha a cumprir os propósitos para o qual foi pensado e elaborado, qual seja: nutrir e propiciar novas reflexões, ampliar o debate e consolidar a pesquisa na área.

Neste número 29 *Eccos* traz mais alguns artigos enviados espontaneamente pelos seus autores, são eles: “Projetos pedagógicos para a formação de professores: um estudo comparado das estratégias e práticas em três universidades da Região Sudeste do Brasil, de Célia Maria Haas e Regina Magna Bonifacio Araujo, “Juventude e movimento estudantil: o trabalho precário dos estudantes-bolsistas da UFES”, de Maíra Poletto Carneiro, “História da implantação da escola de Porto Britânia no contexto da colonização do Oeste paranaense (1938-1958)”, de Rodrigo Pinto Andrade, César de Alencar e Arnault de Toledo, “Firmino Costa: um intelectual da República e o propósito educativo (1907 – 1937)”, de Juliana

Cesário Hamdan e “A escolarização secundária e a ordem oligárquica em Pernambuco nas primeiras décadas da república brasileira”, de Ricardo José Lima Bezerra.

Antes de concluir esses escritos, queremos externar os nossos agradecimentos ao professor Celso Carvalho, pela colaboração preciosa na organização deste número de *Eccos – Revista científica*, a ele, o nosso muito obrigado.

A todos, boa leitura.

Antonio Joaquim Severino

Carlos Bauer
Editores

Referências

HOBSBAWM, Eric. *Mundos do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

IBGE. Mapa do mercado de trabalho no Brasil: 1992-1997 / IBGE, Departamento de Emprego e Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE, 2001. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/mapa_mercado_trabalho/mapa_mercado_trabalho.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2012.

_____. Censo demográfico do IBGE, 12. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 2 ago. 2012.

